

MACEDÓNIA

ANTIGA REPÚBLICA JUGOSLAVA DA MACEDÓNIA

Chefe de Estado:	Gjorge Ivanov (sucedeu a Branko Crvenovski em Maio)
Chefe de Governo:	Nikola Gruevski
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	2 milhões
Esperança média de vida:	74,1 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos (m/f):	17/16 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	97 por cento

Foram feitos poucos progressos no sentido de julgar os crimes de guerra cometidos durante o conflito interno de 2001. Foram tomadas medidas para combater a impunidade para os maus-tratos policiais e para melhorar as condições nas prisões. Os ciganos continuaram a ser discriminados.

Antecedentes

A Grécia continuou a contestar o nome do país: em Janeiro teve início uma audiência no Tribunal Internacional de Justiça no âmbito do processo iniciado pela Macedónia em Novembro de 2008. Ambos os países alegaram que o outro violou o acordo interino de 1995, pelo qual a Macedónia tinha temporariamente aceite adoptar o nome de Antiga República Jugoslava da Macedónia. A Grécia tinha acordado não bloquear a adesão da Macedónia às organizações internacionais, mas em 2008 bloqueou a sua candidatura à NATO.

Em Outubro, a Comissão Europeia (CE) recomendou a abertura de negociações para a adesão da Macedónia à UE, mas os Ministros dos Negócios Estrangeiros da EU decidiram em Dezembro adiar a sua decisão, a pedido da Grécia.

Várias ONGs manifestaram a sua preocupação relativamente às medidas adoptadas pelo governo para reforçar as aspirações da Macedónia a uma identidade histórica (incluindo a construção de monumentos com fundos públicos), e ao aumento da influência da Igreja Ortodoxa da Macedónia no estado secular. O Tribunal Constitucional aboliu em Abril o Artigo 26 da Lei do Ensino Primário que autorizava a introdução da educação religiosa.

Sistema judicial – crimes de guerra

O caso dos trabalhadores de “Mavrovo”, devolvido à Macedónia pelo Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (Tribunal) para ser julgado naquele país, foi adiado em Maio, enquanto se aguardava que a Alemanha extraditasse um dos acusados. Os trabalhadores macedónios foram alegadamente sequestrados em Agosto de 2001 pelo Exército de Libertação Nacional Albanês, maltratados, abusados sexualmente e ameaçados de mortes antes de serem libertados.

Não se registaram quaisquer progressos noutros três casos devolvidos pelo Tribunal.

Manteve-se a impunidade relativamente aos desaparecimentos forçados, em 2001, de três pessoas de etnia albanesa e ao sequestro de 13 macedónios e um búlgaro.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Em Fevereiro, a Macedónia ratificou o Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura; foi criado o Gabinete do Provedor de Justiça, como mecanismo nacional de prevenção previsto no Protocolo, e com poder para cooperar com as ONGs.

Tanto a polícia como as ONGs registaram uma diminuição dos casos de tortura e outras formas de maus-tratos. Esta diminuição surgiu na sequência do desmantelamento das unidades especiais de polícias “Alfi”, nos arredores de Skopje; de melhorias nas

investigações conduzidas pelo Sector de Controlo Interno e Práticas Profissionais do Ministério do Interior (SICPS); e da introdução de registos de detenção nas esquadras policiais. Contudo, juízes e procuradores recusaram investigar alegações de maus-tratos, mesmo nos casos em que os detidos trazidos a tribunal aparentavam sinais de maus-tratos.

Em Março, na sequência de uma investigação às alegadas agressões de que Jovica Janevski foi vítima na Esquadra de Tetovo em 2008, o SICPS remeteu o caso para o Procurador do Ministério Público de Tetovo, que anteriormente recusara investigar as alegações.

O Ministério da Justiça introduziu um Plano Estratégico para melhorar as "deploráveis" condições prisionais denunciadas em 2008 pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura, incluindo a remodelação urgente de várias prisões e das instalações para os reclusos, e o reforço e formação dos funcionários prisionais.

Em Junho, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem fez uma apreciação preliminar de uma queixa apresentada por Jasmina Sulja, companheira de Sabri Asani, um homem de etnia albanesa que morreu depois de alegadamente ter sido espancado sob custódia policial em Janeiro de 2000. Não foi levada a cabo qualquer investigação, impedindo que Jasmina Sulja fosse indemnizada.

Contra-terrorismo e segurança

O Procurador-Geral não deu resposta a uma queixa apresentada em Janeiro contra a Macedónia por Khaled el-Masri pelo seu papel no seu sequestro ilegal, detenção e maus-tratos sofridos durante 23 dias em 2003, até ser transferido para a custódia das autoridades norte-americanas e levado para o Afeganistão, onde foi alegadamente torturado e sujeito a outras formas de maus-tratos. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem levou a cabo audiências preliminares no âmbito da sua queixa contra a Macedónia.

Liberdade de expressão

Em Março, a polícia falhou no seu dever de proteger cerca de 150 estudantes - que se manifestavam contra uma proposta do governo para construir uma igreja na praça central de Skopje - dos ataques por parte de um grande número de contramanifestantes, num protesto alegadamente organizado pela Igreja Ortodoxa Macedónia. Nove manifestantes e sete contramanifestantes foram acusados de crimes contra a ordem pública. Três estudantes que organizaram a manifestação foram acusados de atentado contra a segurança pública. Em Abril, uma comissão parlamentar pediu a abertura de uma investigação. O SICPS considerou que a polícia agiu de forma correcta. Uma marcha em Skopje, por ocasião do Dia Internacional da Tolerância instituído pela ONU, em Novembro, realizou-se sem incidentes.

Discriminação

A legislação antidiscriminação, exigida pela UE como parte do processo de adesão, não foi introduzida. A proposta não estava de acordo com os padrões internacionais e da UE e muitas ONGs queixaram-se de não terem sido consultadas no processo de elaboração da mesma.

Em Abril, o Tribunal Constitucional considerou anticonstitucionais os artigos da Lei dos Seguros de Saúde de 2008 sobre o pagamento de abono de família apenas às mães residentes nos municípios com uma taxa de natalidade anual inferior a 2,1 crianças/1000 pessoas. Estes artigos iriam discriminar as mães de etnia albanesa e de outras comunidades minoritárias.

Ciganos

Os progressos no combate à discriminação contra os ciganos continuaram a ser irregulares. Um programa de registo coordenado pelo ACNUR, a agência da ONU para os Refugiados, e implementada por ONGs ciganas, reduziu de forma significativa o número de ciganos sem documentos.

O acesso das crianças ciganas à educação foi melhorado por medidas governamentais que providenciaram livros e transportes gratuitos, e bolsas de estudo para alunos do ensino secundário. Arrancaram as obras para a construção de uma escola secundária em Šuto

Orizari, um município predominantemente cigano. Contudo, um número crescente de crianças frequentou escolas segregadas na prática.

A CE emitiu em Novembro um parecer negativo sobre os progressos da Macedónia na questão dos ciganos. Os Planos Nacionais de Acção Revistos (NAP) para a Década da Inclusão Cigana só foram adoptados em Maio.

O governo não disponibilizou quaisquer fundos para a implementação dos NAP para melhorar o Estatuto das Mulheres Ciganas. O UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento da ONU para as Mulheres, apoiou o inquérito à utilização dos serviços estatais pelas mulheres ciganas.

Cerca de 140 sem-abrigo ciganos que protestaram contra as suas condições de vida em Čičino Selo foram expulsos durante a noite, em Setembro, e levados para uma colónia de férias, onde não tinham acesso a educação, cuidados de saúde ou trabalho. Outras 20 famílias foram ameaçadas de despejo pelo município de Aerodrom, em Skopje. O governo não providenciou cuidados de saúde e alojamento a crianças ciganas sem-abrigo, algumas com apenas 9 anos, que segundo as informações se injectavam com heroína.

Refugiados

A Lei de Asilo e Protecção Temporária criou um tribunal administrativo para apreciar os recursos contra a rejeição de pedidos de estatuto de refugiado. Contudo, poucos dos 1700 ciganos e ashkalis do Kosovo a quem tinha sido concedida protecção tiveram acesso a processos completos e justos para determinação da sua necessidade de protecção internacional.

De acordo com o ACNUR, cerca de 350 pessoas pediram para regressar ao Kosovo. Aqueles que ficaram tinham direito a integração, mas o governo ainda não tinha aprovado a estratégia adequada.

Direitos das mulheres

A Macedónia ratificou em Maio a Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos, que entrou em vigor em Setembro. Contudo, a legislação que tornaria efectiva a Convenção não foi implementada na prática. A Lei de Igualdade entre Homens e Mulheres de 2006 estava ainda por implementar de forma plena.

Visita/relatório da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Macedónia em Outubro.

■ Preocupações nos Balcãs, Janeiro-Junho 2009: Macedónia (EUR 05/001/2009)